

Plano fundamenta Aliança

Líderes querem que Governo submeta suas idéias

RALDO MAGELA

GUILHERME SOARES
Da Editoria de Economia

A Aliança Democrática só sobrevive se o Governo submeter ao PMDB e ao PFL seu novo plano econômico. A ocasião para concretizar isso já está prevista — quando o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, for ao plenário da Câmara — mas ainda não tem data marcada. Os dois partidos, principalmente o PFL, querem participar efetivamente da formulação da política econômica. Hoje, Funaro fala à bancada do PMDB às 9h.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), acredita que o pacto econômico pode servir para resgatar o acordo político que gerou a Aliança Democrática. O PFL está cansado de apenas ser informado,

às vezes com antecedência, das medidas econômicas que são adotadas. Quer discutí-las e até mesmo modificá-las quando considerar conveniente.

No PMDB, chega-se à mesma conclusão por caminhos diferentes. O apoio ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, vem desgastando o partido junto à opinião pública e a segmentos da sociedade, principalmente os sindicatos. A idéia, então, é participar efetivamente das decisões da área econômica mantendo o endosso à gestão de Funaro.

O novo plano de diretrizes econômicas, uma vez aprovado pelos partidos, tem uma consequência prática: um novo documento que sustente a Aliança Democrática.

A articulação, que tem o objetivo de dar sangue no-

vo à Aliança, começou quando o PMDB não quis ceder a 1ª vice-presidência ou a 1ª secretaria da mesa da Constituinte ao PFL. O deputado José Sarney Filho (PFL-MA) juntou-se ao deputado João Hermann (PMDB-SP) na articulação, que ganhou o apoio do ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil, durante a viagem do presidente Sarney a Carajás.

Segundo o líder Carlos Chiarelli, caso a estratégia não dê certo, a efervescência política nascida das greves e das incertezas quanto ao futuro da economia pode comprometer de vez a base de sustentação que o presidente Sarney tem hoje, de alguma forma, no PMDB e no PFL, diante da pressão que recebem da população os parlamentares dos dois partidos.

PMDB quer moratória de 5 anos

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, deverá ser surpreendido, hoje, no Congresso, quando apresentará aos constituintes do PMDB o programa de Governo para os próximos 4 anos, com o lançamento de uma estratégia por parte do PMDB em favor do prolongamento da moratória por cinco anos.

Um dos articuladores da idéia é o deputado Irajá Rodrigues (RS), que já comunicou ao ministro a disposição de um grupo de parlamentares peemedebistas de levá-la adiante, por entender que a investida de grupos conservadores para desestabilizar o ministro da Fazenda apenas começou e deverá prolongar-se pelos próximos meses.

Por isso, adiantou Irajá Rodrigues, para contrapor a tais investidas, é preciso que o partido sala em defesa intransigente da moratória para que a transforme do seu caráter atual, de duração por tempo indeterminado, para uma moratória por 5 anos durante os quais serão discutidos, paralelamente, a origem da dívida, quem dela se beneficiou, quais os desvios verificados e os benefícios adquiridos pela sociedade.

Em relação à dívida externa brasileira, disse Irajá Rodrigues, é preciso separar o joio do trigo. Aliado, junto com o líder do PMDB, Luis Henrique, dos dois principais assessores econômicos do ministro Dilson Funaro, os economistas Luis Gonzaga de Mello Belluzzo e João Manoel Cardoso de Mello, Irajá Rodrigues já começou a selecionar documentos e informações, colhidos na Fazenda, para levar adiante a sua proposta.

Uma das principais estratégias adotadas pelos governos anteriores para estimular o endividamen-

to, segundo Irajá, foi a de se submeter, sem nenhum questionamento, às exigências dos credores internacionais, às formas de contratos por eles impostos com cláusulas de riscos sem nenhuma procedência. Além disso, as taxas de juros flutuantes cobradas sobre os empréstimos subiram a um patamar tal que o retorno do capital aplicado passou a ocorrer numa média de 2 a 3 anos, quando as taxas de juros históricas permitiam o retorno do capital numa média de 15 a 20 anos. Assim, raciocina o deputado, a dívida externa já está paga diversas vezes.

Outra investigação a ser procedida pelo PMDB, destacou Irajá Rodrigues, será a de identificar as ligações entre os negociadores brasileiros da dívida externa com os banqueiros. As sentenças judiciais decretadas pelos tribunais americanos contra o ex-presidente do comitê de negociação da dívida externa, o diretor do Morgan Guaranty, Tony Gebauer, condenando-o a pagar multas por negócios ilícitos feitos no processo de negociação da dívida com devedores do Terceiro Mundo, são pistas válidas, segundo Irajá Rodrigues, para permitir ao PMDB levar adiante seu propósito de investigar as verdadeiras origens da dívida externa brasileira.

CAMPANHA

Somente através do esclarecimento à população de todos os fatos relacionados à negociação da dívida externa e todas as irregularidades que estão no seu contexto será possível, na opinião de Irajá Rodrigues, despertar na população a importância de popularizar a idéia em favor de uma moratória de cinco anos.

A negociação da dívida se estenderá por muito tempo, alerta o parlamen-

tar gaúcho, e será um processo doloroso para as autoridades econômicas. A tendência, de agora em diante, é aprofundar o desgaste dos negociadores brasileiros, sendo, por isso, imprescindível que, paralelamente ao processo de desgaste a ser imprimido pelos credores internacionais e os seus porta-vozes dentro do País, promova-se o contra-ataque da investigação das verdadeiras origens da dívida.

Para Irajá Rodrigues, o episódio recente de tentativa de desestabilização do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, focalizado amplamente pela imprensa, que abriu espaços generosos para os porta-vozes do capital estrangeiro — deputados Amaral Netto e Delfim Netto e o senador Roberto Campos —, no País, e especialmente no Congresso, demonstra que se o PMDB não sair, imediatamente, em apoio maciço aos negociadores brasileiros da dívida, os conservadores voltarão ao poder.

O parlamentar gaúcho chama atenção para a necessidade de esclarecer a opinião pública da sequência das pressões que surgiram para tentar derrubar Funaro e seus dois principais assessores. Elas, ressaltou, começaram no encontro do presidente José Sarney com os empresários, na fazenda de Mathias Machline, presidente da Sharp. As declarações dos empresários demonstram, segundo Irajá, que tudo foi previamente tramado para desestabilizar o ministro e firmar o ponto de vista conservador, excessivamente flexível com os credores internacionais. Após o encontro, os assessores próximos do presidente Sarney, sediados no Planalto, começaram, lembra Irajá, a executar a tentativa de desestabilizar Funaro, João Manoel e Luiz Belluzzo.